



# V ENCONTRO DO MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU

CARTA DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU

São Luís, 10 de dezembro de 2004



## CARTA DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU<sup>1</sup>

Nós Quebradeiras de Coco Babaçu do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins, reunidas no V Encontro Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu realizado em São Luís (MA), entre os dias 08 e 10 de dezembro de 2004, vimos expressar nossa preocupação mediante os alarmantes índices de queimada e de desmatamento de babaçuais registrados em nossas regiões nos últimos três anos. Sabemos que mais de 24 mil km<sup>2</sup> de florestas estão sendo devastados anualmente na Amazônia, por empresas agropecuárias, grandes plantações de dendê, madeireiras, usinas de ferro gusa e empreendimentos de mineração, de papel e celulose, com suas florestas homogêneas de eucalipto, e projetos de rodovias, violando a legislação ambiental e desorganizando a economia extrativista.

A pecuária tem sido apontada em relatórios recentes do Banco Mundial como a principal atividade devastadora, responsável por cerca de 80 % de toda área desmatada da Amazônia Legal. Os empreendimentos pecuários fazem uso generalizado de agrotóxicos, inclusive para eliminação de palmeiras jovens através de aplicação de "veneno no olho das palmeiras", plantios de capim braquiária que prejudica o crescimento e a produtividade das palmeiras de babaçu. A inclusão de vários estados amazônicos dentre os quais o Tocantins, entre as áreas livres de febre aftosa, tem acelerado uma expansão desordenada das pastagens e o acesso desses empreendimentos pecuários a mercados mais controlados. Cabe considerar, neste sentido, que o rebanho brasileiro aumentou nos últimos 13 anos, de 147 para 195 milhões de cabeças, sendo que mais de 80% deste aumento ocorreu na Amazônia, destruindo terras tradicionalmente ocupadas e em particular áreas de castanhais, de seringais e de babaçuais. Esta atividade pecuária aparece combinada com as plantações de soja, que aquecendo o mercado de terras, impelem os pecuaristas a buscarem novas áreas de cerrado e de floresta para desmatamento. A grilagem e a ocupação ilegal de terras públicas por projetos agropecuários acham-se estimuladas nesta conjuntura de aumento geral do preço das terras, ameaçando cerca de 18 milhões de hectares com incidência de babaçu, onde vivem e trabalham habitualmente 400 mil famílias extrativistas com suas atividades básicas apoiadas no trabalho familiar.

As empresas de óleos vegetais e as carvoarias também têm ampliado sua ação na área dos babaçuais. Através da compra e da queima do "coco inteiro" tem atuado na Região do Bico do Papagaio, no sudoeste do Maranhão, no sudeste do Pará, no Piauí e no

<sup>1</sup> O V Encontro do MIQCB contou com 240 delegadas e 75 pessoas entre convidados e equipes de trabalho



Vale do Mearim, impedindo as quebradeiras de exercerem suas atividades autônomas. No Tocantins a compra do "coco inteiro" não é para queima. As empresas compram no atacado e recrutam homens como "catadores" deixando as Mulheres Extrativistas sem o babaçu. Esta pressão tem acarretado uma queda no preço da amêndoa, tem desativado postos de compra ("não tem quem compre o coco") e tem dificultado o livre acesso aos babaçuais. Além do mais no norte do Tocantins não há compradores do óleo de babaçu produzido pelas organizações das quebradeiras.

Em áreas de colonização antiga do Itapecuru, da Baixada Maranhense e do Parnaíba fazendeiros insistem na prática ilegal de exigir das quebradeiras a obrigatoriedade de entrega das amêndoas nos seus estabelecimentos comerciais (bodegas, barracas e quitandas) e nos seus "barracões", forçando-as a usar "carteirinhas" em áreas de babaçuais por eles ilegitimamente controlados. Fazendeiros e "atravessadores" tem se beneficiado do comércio de amêndoas, fixando condições arbitrárias de apropriação da produção, quais sejam: "quebra coco de meia", entrega compulsória da casca do coco e da metade da produção de carvão. O MIQCB tem registrado casos de violência contra as quebradeiras que discordam de tais condições. Há quebradeiras com suas casas incendiadas, vítimas de espancamentos e ameaças de morte, tal como ocorreu em São Luiz Gonzaga, no final de 2003, e em Timbiras agora em 2004.

Mediante fatos desta ordem constatamos que não há uma política extrativista e agrária, privilegiando a economia do babaçu. As reservas extrativistas de babaçu (Ciriaco, Extremo Norte e Mata Grande) permanecem com sua regularização fundiária inconclusa e sua implantação não foi efetivada. A devastação das RESEX tem sido acelerada e as famílias moradoras ameaçadas por fazendeiros. Aliás, a maioria das quebradeiras de coco babaçu se encontra trabalhando em terras que demandam regularização fundiária e reconhecimento de seus direitos. As reivindicações do MIQCB neste sentido não foram atendidas pelos órgãos governamentais competentes, deixando intranquias e sob um clima de tensão as famílias que aí vivem.

Os projetos de assentamento, por sua vez, carecem de uma recuperação das áreas degradadas e de um reflorestamento com espécies nativas. Por outro lado, os campos naturais da Baixada permanecem devastados pelos rebanhos de búfalos, que também inviabilizam as atividades extrativas da beira campo, tornando insuportáveis às condições de vida das populações locais e, sobretudo, das quebradeiras de coco babaçu.

Para enfrentar esta devastação e as formas ilegais de "coco preso", o MIQCB tem promovido campanhas de mobilização pela LEI DO BABAÇU LIVRE e de fortalecimento das formas de "pegar coco sem pagar meia". O livre acesso aos babaçuais já consta em inúmeras leis municipais do Maranhão e do Tocantins.



Para impedir a derrubada das palmeiras e cumprir com as disposições das leis de preservação ambiental, as quebradeiras tem exercido também formas de fiscalização e denúncias dos infratores ao IBAMA, sem que seus pleitos sejam atendidos. Além disso, tem procedido ao manejo dos babaçuais através das regras tradicionais de "raleamento", fazendo frente àquelas práticas ilegais de desmatamento.

Além disto os Regionais do MIQCB tem promovido feiras de divulgação de seus conhecimentos e de seus produtos, propiciando que as próprias quebradeiras comercializem diretamente os derivados do babaçu e estabeleçam redes de relações comerciais com diferentes consumidores.

Paralelamente a estas iniciativas o MIQCB tem possibilitado às quebradeiras a participação em cursos de formação de lideranças, capacitando-as para negociações em diferentes níveis de decisão. Tais negociações têm facultado a garantia de direitos básicos, tais como: benefício à licença maternidade, documentação básica e registros cartoriais. Os direitos relativos à "saúde da mulher" têm sido reivindicados com mais força, bem como tem sido ampliada a discussão sobre as situações de "gravidez precoce" e do fato das mulheres constituírem-se no arrimo de família. Um dos problemas mais graves hoje, na composição das famílias das quebradeiras de coco babaçu, refere-se ao fato das avós estarem abrigando em suas casas netos e netas e responsabilizando-se de maneira absoluta, pela manutenção do grupo familiar. Trata-se de um indicativo da ausência de políticas específicas voltada para a situação das mulheres extrativistas.

Com respeito às políticas governamentais cabe ainda afirmar o seguinte: políticas de energias renováveis, que incentivam a conversão de sementes de oleaginosas em biodiesel, começam a ser implementadas pelo governo federal. Está sendo traçada uma política de energias renováveis que volta a sua atenção para a mamona, para o girassol e para a soja. Nada há de concreto com relação ao babaçu, que tem a maior área de cobertura vegetal e que envolve o maior número de agroextrativistas. As tentativas de diálogo do MIQCB com os órgãos governamentais competentes não têm dado quaisquer resultados significativos. As iniciativas governamentais privilegiam as grandes plantações de dendê, no Pará, e as de mamona, no Piauí. Grandes empresas estão investindo nesta tecnologia de utilização de biodiesel e implantando seus projetos com recursos governamentais. As possibilidades de aproveitamento das florestas de babaçu estão sendo absolutamente desconsideradas.



---

Mediante esta situação o MIQCB reivindica junto aos órgãos competentes:

- o desenvolvimento de tecnologias apropriadas para a utilização integral do coco babaçu e para a conversão das amêndoas em biodiesel;
- o acesso das quebradeiras a programas governamentais, que lidam com a saúde da mulher;
- a efetiva implantação das reservas extrativistas;
- a garantia do livre acesso aos babaçuais;
- a punição dos que cometem crimes ambientais, devastando babaçuais, castanhais e seringais;
- a desapropriação imediata das áreas de conflito que envolvem quebradeiras.




---

## ENCAMINHAMENTOS

- 1- Solicitar audiência à Procuradoria Geral da República, Brasília-DF, para tratar da "compensação ambiental" estipulada pela própria Procuradoria no caso da Eclusa-Lajeado.
- 2- Solicitar audiência com a Ministra do Meio Ambiente e Amazônia Legal (MMA) para tratar da efetivação das RESEX (Ciriaco, Extremo-Norte e Mata Grande) e dos elevados índices de desmatamento dos babaçuais.
- 3- Solicitar audiência com o Ministro de Ciência e Tecnologia para tratar do desenvolvimento de tecnologias apropriadas para a conversão das amêndoas de babaçu em biodiesel.
- 4- Audiências com parlamentares federais no Congresso Nacional
- 5- Solicitar audiências com órgãos governamentais executivos e assembleias legislativas nos 04 Estados de atuação do MIQCB
- 6- Encaminhar Moção de Repúdio pela ausência, no V Encontro do MIQCB, das autoridades governamentais, executivas, legislativas e judiciárias, a nível estadual e federal que foram convidadas.
- 7- Denunciar a ampliação das plantações de soja nos Estados do Maranhão, Tocantins, Pará e Piauí.
- 8- Encaminhar para o Itamaraty as reivindicações das companheiras extrativistas da Bolívia e Peru, ou seja: a) que o governo da Bolívia complete o processo de saneamento das terras; b) que sejam aprovadas as leis que garantam os direitos trabalhistas e de segurança social das companheiras quebradoras de castanhas; c) que estes governos atentem para o impacto negativo de construção da estrada INTER-OCEÂNICA na vida das famílias extrativistas e no meio ambiente, criando medidas preventivas e compensatórias; d) que o governo do Peru solucione os problemas causados pela sobreposição de terras, entre concessões castanheiras, títulos agrícolas e ou concessões madeireiras.
- 9- Reivindicar salário no período da entre safra do babaçu para as quebradeiras de coco babaçu.
- 10- Divulgar esse documento final do V Encontro do MIQCB na internet.



---

AO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO  
EXECELENTÍSSIMO  
SENHOR GOVERNADOR JOSÉ REINALDO.

## MOÇÃO DE REPÚDIO

PELA IMPLANTAÇÃO DO POLO SIDERÚRGICO EM SÃO LUÍS (MA), QUE  
PREVÊ O DESLOCAMENTO COMPULSÓRIO DE MILHARES DE FAMÍLIAS.

ESTE DESLOCAMENTO É ILEGAL E INFRINGE OS DISPOSITIVOS  
CONSTITUCIONAIS E A CONVENÇÃO 169 DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL  
DO TRABALHO (OIT).




---

## COORDENAÇÃO INTERESTADUAL ELEITA NO V ENCONTRO DO MIQCB

Maria Adelina de Sousa Chagas  
Coordenadora Geral - MA

Maria Querubina da Silva Neta  
Vice Coordenadora Geral - MA

Cledeneuza Maria Bezerra Oliveira  
Coordenadora Financeira - PA

Domingas de Fátima Freitas  
Secretária Geral - PI

Zulmira de Jesus Santos Mendonça  
Secretária de Formação - MA

Emília Alves da Silva Rodrigues  
Secretária de Comunicação - TO

Luzia Domingas dos Santos  
Conselho Fiscal -

Maria Eulália Mendes  
Conselho Fiscal - MA

Nunes Eunice da Conceição Costa  
Conselho Fiscal-MA

Claudisdean de Melo Silva Oliveira  
Conselho Fiscal -TO

Antonia Gomes de Sousa  
Conselho Fiscal - MA

Helena Gomes da Silva  
Conselho Fiscal - PI

Maria Martins de Souza  
Comissão Temática - PA

Maria Clarinda Maximiano de Oliveira  
Comissão Temática - PA

Domingas Celia Machado Aires  
Comissão Temática - MA

Maria do Rosário Soares Costa Ferreira  
Comissão Temática - MA

Ely Querobina da Silva Santos  
Comissão Temática - MA

Maria da Consolação do Nascimento Oliveira  
Comissão Temática - MA

Francisca Pereira Vieira  
Comissão Temática - TO

Beliza da Costa Sousa  
Comissão Temática - TO

Sebastiana Ferreira Costa e Silva  
Comissão Temática - MA

Diana Maria Sousa  
Comissão Temática - PI

Francisca Rodrigues dos Santos  
Comissão Temática - PI

Maria Geralcina Costa Sousa  
Comissão Temática - MA



ASSINATURA DAS DELEGADAS DO V ENCONTRO DO MIQCB

















CONVIDADAS (OS) PRESENTES NO V ENCONTRO INTERESTADUAL

<b>Nome</b>	<b>Organização</b>
CARMEN AMPARO OLIVER	OMED/BOLIVIA
SISSY BELLO	HERENCIA/COBIJA/BOLIVIA
GIOCONDA ORTEGA-ALARIE	IDRC/ONTARIO CANADA
MAURA QUISPE DURÍ	CURICHÓN/BOLIVIA
FIDELINA TIRINA VILLAR	PORVENIR/PANDO BOLIVIA
ELDA VERA GONÇALES	POERTO MALDONADO/PERU
BERTILDA	ASSOC.DE CASTANHEIRAS/PERU
ROSA DE OLIVEIRA MELO	STTRS/BRASILÉIA/ACRE
RAIMUNDA JOSÉ DE BRITO	ASSOC. DE MULHERES/RO
ROBERTO RAINHA	REDE SOCIAL DE JUST. E DIR. HUMANOS/SP
MARIA ARAUJO DE AQUINO	GTA/DF
FABIO OLIVEIRA	ELO/PPM/BA
PAULO SPYER	PDA/MMA-BRASILIA
MARLY BELFORT GUEDES	ACONERUQ/MA
SILVIANETE MATOS CARVALHO	ASSEMA/MA
MARIA JOSE PEREIRA	CDMP/MA
JOCIENE SILVA GOMES	ACONERUQ/MA
MAURICIO ARAUJO ALENCAR	UFMA/MA
JOSE CAMILO P. SANTOS	FUNDAÇÃO LEIVA TERRA SANTOS/PA
JOSE RIBAMASR R. SILVA	COOP. DE CREDI. REGIONAL DO/ PA
MARILIA CRISTINA S. SILVA	COOSPAT/MA
MARIA DOS ANJOS SOUSA BRITO	STTRS/LUZILANDIA/PI
FRANCISCO DA CONCEIÇÃO	COOPPALJ/MA
ANTONIA DA SILVA SOUSA	ESCOLA MUNICIPAL/SD/PA
MARIA DE JESUS C. SALES	SINDICATO RURAL/PA
VIVIANE DE OLIVEIRA	/MA
CLAUDIA REGINA CASCÃO SOUSA	COOSERT/MA
JOÃO DOMINGOS	ASSOC. BAIRRO NOVO/MA
MARCIO NETO BELFOR GOMES	STTRS/MA
ANTONIO NUNES	ASSOC. LOCAL/CAJARI/MA
REGIANE LEAL COSTA	STTRS/VIANA/MA
JOSÉ RIBAMAR MESQUITA	FETRAFE /MA
LENIR MORAES MUNIS	UFMA/MA
SAVIO JOSÉ DIAS RODRIGUES	UFMA/MA
CLAUDIA MARIA SILVA SANTOS	CMTR/MA
MARIA ALAIDES ALVES DE SOUSA	VER/PT/LAGO DO JUNCO/MA
DOMINGOS DUTRA	DEP. PT/MA




---

### ASSESSORIAS DO V ENCONTRO DO MIQCB

Ana Carolina Magalhães Mendes – coordenadora técnica MIQCB  
 Célio Jesus Alves – assessor administrativo MIQCB  
 Valderiza Barros – secretária MIQCB  
 Clenilde Bezerra Oliveira – assessora MIQCB Regional Pará  
 Vilma Carvalho Amorim – assessora MIQCB Regional Piauí  
 Sandra Regina Monteiro – assessora MIQCB Regional Tocantins  
 Mariana Leal Conceição Santos – assessora MIQCB Regional Imperatriz, MA  
 Zuziane Oliveira Machado – assessora MIQCB Regional Baixada, MA  
 Valderlene Rocha Silva – assessora MIQCB Regional Mearim, MA  
 Flávia de Almeida Moura – jornalista, assessora de comunicação MIQCB  
 Luciene Dias Figueiredo – consultora MIQCB  
 Alcino Ferreira – Hábeas Corpus - Integração do evento  
 Cynthia Carvalho Martins – socióloga, facilitadora de oficina no V Encontro  
 Benjamim Alvino de Mesquita – economista, facilitador de oficina no V Encontro  
 Luane Lemos Felício Agostinho – advogada, facilitadora de oficina no V Encontro  
 Noemi Porro – antropóloga, palestrante no V Encontro  
 Alfredo Wagner B. Almeida – antropólogo, palestrante no V Encontro

### EQUIPE DE APOIO NO V ENCONTRO DO MIQCB

Edílson da Silva Oliveira – ASSEMA  
 Helciane Araújo - jornalista, ASSEMA  
 Alex - ASSEMA  
 Adriana Silva – ASSEMA  
 Juranley Jonny Castro Sereija – ASSEMA  
 Solange M. Silva - voluntária ASSEMA  
 Livia C. P. de Almeida - voluntária ASSEMA  
 Jonalda - voluntária ASSEMA  
 Melissa Ferraz de Castro - voluntária ASSEMA  
 Darrya Ckessya Q. Lima - voluntária ASSEMA  
 Cássia Pereira Coelho - voluntária ASSEMA  
 Flavio Roberto Caldas - voluntário ASSEMA  
 José Silva Queiroz - voluntária ASSEMA  
 Kátia Pereira Coelho - voluntária ASSEMA  
 Paulo Henrique M. Momrog - voluntário ASSEMA  
 Josoaldo Lima Rego - voluntário MIQCB  
 Aline Raquel Costa Chagas – Regional Mearim – voluntária MIQCB  
 Sueli Dias - Voluntária MIQCB  
 Val Barros – fotografa no V Encontro  
 Carlos de Jesus Pinto – motorista no V Encontro